



Senado debate pacto federativo com Bolsonaro e governadores

Na reunião marcada para hoje de manhã pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre, também estarão o presidente da Câmara, o ministro da Casa Civil e lideranças partidárias

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, reúne hoje cedo governadores, o presidente da República, Jair Bolsonaro, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para discutir o pacto federativo — a distribuição de verbas da União para estados e municípios. Líderes partidários das duas Casas e o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, também participarão do café da manhã na residência oficial da Presidência do Senado.

De acordo com Davi, há muito os governadores reivindicam mudanças no relacionamento com a União, e o Senado tem o compromisso de iniciar o

debate sobre a renovação do pacto federativo, protagonismo reconhecido pela equipe econômica e pelo presidente Bolsonaro. A reorganização do pacto, explicou, permitirá que estados reequilibrem suas contas e gerem emprego.

Uma das principais reivindicações dos governadores é a mudança nas regras de repasse de recursos da União aos estados exportadores, para compensar perdas com a Lei Kandir.

Segundo Randolfe Rodrigues, os convidados analisarão a situação fiscal dos estados, que pedem socorro federal para contornar a situação de calamidade financeira. **3**



Em reunião de líderes, Davi (C) reafirma o compromisso do Senado de propor medidas para renovar o pacto federativo

Marcos Brandão/Senado Federal

Marcos Oliveira/Agência Senado



Plenário aprova em 1ª votação proposta que simplifica regras fiscais e tributárias

PEC sobre desburocratização para cidade pequena passa em 1º turno

A proposta que simplifica a burocracia fiscal e tributária para microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente em municípios pequenos, foi aprovada ontem no Plenário do Senado, em primeiro turno. Agora a PEC terá de ser discutida em três

sessões antes de ser votada em segundo turno e, se aprovada, seguir para a Câmara. O texto também permite a delegação de competência para que o estado em que estiver localizado o pequeno município assumam a cobrança e a fiscalização dos tributos de seu âmbito. **3**

MP que reformula ministérios pode recriar duas pastas **5**

Ministro discute LDO de 2020 em comissão amanhã **3**

Debate aponta valor da indústria audiovisual **8**

Aprovado relatório sobre MP de proteção de dados **8**

Gestante deverá ter acesso a ensino a distância **6**

Universidades terão mais recursos após reforma, afirma ministro

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse ontem, em audiência na Comissão de Educação, que não houve corte no orçamento das universidades, mas “contingenciamento”. Segundo ele, as verbas poderão ser liberadas com a aprovação da reforma

da Previdência e “quando a situação econômica do país se normalizar”. Sobre a redução de recursos na área de humanas, o ministro justificou:

— É gente que é paga para estudar. Na maioria dos casos, o investimento não traz retorno efetivo ao país — disse. **5**



Weintraub faz apresentação de diretrizes e programas prioritários da pasta

Gerardo Magalhães/Agência Senado

MP do Saneamento Básico vai a Plenário na Câmara

A comissão mista que analisa a medida provisória do saneamento básico aprovou ontem o substitutivo do senador Tasso Jereissati. A MP autoriza a União a participar de um fundo para financiar serviços técnicos especializados para o setor e passa a regulamentação de águas e esgotos dos municípios para a Agência Nacional de Águas. **4**

Senado apresenta voto de solidariedade a Villas Bôas

O Plenário aprovou ontem o envio de voto de solidariedade ao general Eduardo Villas Bôas, atacado pelas redes sociais por Olavo de Carvalho. O requerimento foi apresentado pelo senador Plínio Valério no início da sessão. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que não só o general foi agredido, mas também o Exército e o Brasil. **2**

Comissão debate relatório da MP contra fraude no INSS

A comissão mista da MP contra fraudes no INSS vai debater hoje o texto do relator, deputado Paulo Eduardo Martins. Ontem o relatório foi criticado por vários parlamentares, que pediram mudança no item que retira dos sindicatos o papel de atestar a atividade rural. Pelo texto, bastará o interessado declarar que exerceu atividades no campo. **7**

Senadores aprovam voto de solidariedade a general

Ex-comandante do Exército, o general Eduardo Villas Bôas foi atacado pelas redes sociais por Olavo de Carvalho depois de criticar a ingerência do escritor, que mora nos Estados Unidos, no governo

O SENADO VAI enviar ao general Eduardo Villas Bôas voto de solidariedade, aprovado ontem com apoio de grande número de senadores. O requerimento foi apresentado pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM) no início da sessão, em repúdio às declarações feitas contra o general pelo escritor Olavo de Carvalho em redes sociais, nas quais fez referências negativas ao estado de saúde do ex-comandante do Exército, que sofre de doença degenerativa.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que a iniciativa expressa a vontade da Casa. Para Davi, foram agredidos o Exército e o Brasil. O presidente do Senado contou que tinha estado com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, de quem Villas Bôas é assessor especial, para prestar solidariedade.

— Acredito que precisamos de pessoas de bem que ajudam o Brasil, como é o caso do general Villas Bôas, que



Senadores criticam linguagem agressiva e de baixo calão de Carvalho

está aqui trabalhando com toda a dificuldade, está lá no Palácio do Planalto ajudando o ministro general Heleno a construir a nossa grande nação — declarou.

Repúdio

Senadores de diversos partidos repudiaram a agressão ao general. Randolfe Rodrigues (Rede-AP) criticou a publicação de Carvalho, na qual o escritor diz que “militares se escondem atrás de um doente preso a uma cadeira de rodas”.

Lasier Martins (Pode-RS)

disse que o insulto sofrido pelo general “passou completamente dos limites”.

— O cara é astrólogo e não consegue nem mais ler os astros, não é? Ficou completamente maluco — acrescentou Plínio Valério (PSDB-AM).

O senador Jaques Wagner (PT-BA) classificou como cruel e covarde a declaração de Carvalho. E Tasso Jereissati (PSDB-CE) lamentou a projeção do escritor.

— Mora há anos fora do país e tem uma estranhíssima relevância neste momento.

Já Eliziane Gama (Cidadania-MA) criticou a postura do presidente Jair Bolsonaro diante do episódio.

— Tão grave quanto a declaração de Carvalho é a inércia do presidente da República. Ele é o líder, tem de assumir posição de comando e frear ações dessa natureza — disse.

Major Olimpio (PSL-SP) destacou a colaboração do general Villas Bôas com o governo federal. Simone Tebet (MDB-MS) lamentou que “uma única pessoa desestabilize o governo e o Brasil”.

Também se manifestaram em solidariedade ao general Villas Bôas os senadores Jorge Kajuru (PSB-GO), Luis Carlos Heinze (PP-RS), Eduardo Braga (MDB-AM), Kátia Abreu (PDT-TO), Otto Alencar (PSD-BA), Esperidião Amin (PP-SC), Omar Aziz (PSD-AM), Humberto Costa (PT-PE), Carlos Viana (PSD-MG) e Wellington Fagundes (PR-MT).

Villas Bôas é defendido em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

O desentendimento entre integrantes e apoiadores do governo também repercutiu na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na reunião de ontem, senadores saíram em defesa do general Eduardo Villas Bôas. O presidente da CAE, Omar Aziz (PSD-AM), afirmou ter convivido com Villas Bôas quando ele chefiou o Comando Militar da Amazônia: — Convivi também com o general Heleno. Posso dizer que são dois grandes brasileiros. Completos, democratas e que sempre tiveram o equilíbrio necessário.

A senadora Kátia Abreu (PDT-TO) disse que nem em governos de esquerda, como

o de Lula e o de Dilma, alguém se atreveu a debochar das Forças Armadas.

— Não são as Forças Armadas do Bolsonaro, mas dos brasileiros. Não podemos aceitar esse tipo de atitude de quem mora do outro lado do mundo — afirmou.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, também foi alvo de críticas. Omar Aziz disse que o ministro apresenta números divergentes sobre a economia. Já Rogério Carvalho (PT-SE) reclamou de não ter acesso a informações sobre o impacto fiscal da mudança do sistema de repartição para o de capitalização, prevista pelo governo na reforma da Previdência.

No Piauí, presidente do Senado defende municípios

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, participou na segunda-feira do 2º Congresso das Cidades do Piauí, que acaba hoje. O evento tem o objetivo de reunir os gestores dos 224 municípios piauienses.

O ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto; o presidente da Câ-

mara dos Deputados, Rodrigo Maia; o governador do Piauí, Wellington Dias; e o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, também estiveram na cerimônia de abertura do congresso.

Davi disse que tais iniciativas promovem a troca de experiências e a reflexão sobre os desafios das cidades, impulsionando a gestão municipal

e o fortalecendo a Federação.

— Sou um municipalista convicto. Sempre defendi a bandeira dos municípios. Garanto, como garanti durante a Marcha dos Prefeitos, que o Senado não irá se abster de sua responsabilidade enquanto Casa da Federação.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Telmário pede que Bolsonaro se afaste de Olavo de Carvalho e elogia Villas Bôas

Telmário Mota (Pros-RR) pediu ontem que Jair Bolsonaro afaste-se de Olavo de Carvalho. O senador condenou especialmente o que qualificou de “agressão covarde” contra o ex-comandante do Exército Eduardo Villas Bôas.



Telmário elogiou a biografia do general, dizendo que ele tem se destacado pela capacidade de comando, carisma, inteligência e uma visão privilegiada da missão institucional das Forças Armadas e dos problemas do Brasil.

Escritor busca espaço para extrema direita, afirma Chico Rodrigues

As declarações de Olavo de Carvalho contra o governo têm como objetivo afastar os militares do Executivo para abrir espaço à extrema direita ideológica, afirmou ontem Chico Rodrigues (DEM-RR). Segundo ele, ao chamar



o vice-presidente, Hamilton Mourão, de “covarde”, e ofender o ministro-chefe de Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz, com palavras de baixo calão, o escritor quer inquietar a sociedade e fazer oposição aos militares.

Lasier defende instalação de comissão parlamentar sobre tribunais superiores

O Supremo Tribunal Federal atravessa seu pior momento, afirmou ontem Lasier Martins (Pode-RS). Ele voltou a defender a criação de CPI para investigar os tribunais superiores — requerimento nesse sentido aguarda votação do Plenário.



— Estão errados os senadores que reverberam que é preciso mexer no Supremo? Que é preciso instalar a CPI da Toga? Que é preciso que se acolham vários pedidos de impeachment que estão na gaveta da Mesa do Senado?

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT Radialistas

9h Entre 10 itens, o PLC 153/2017, sobre a identidade profissional de radialista.

CDR Transportadora de gás

9h Audiência para debater venda de transportadora de gás da Petrobras.

CAS Isenção de carência

10h O PLS 502/2017, que isenta beneficiário de planos de saúde de cumprir carência em urgências, é um dos 11 itens.

CCJ Dependentes químicos

10h Entre 32 itens, o PLC 47/2018, que destina valores apreendidos do tráfico para recuperar dependentes químicos.

CRA Agricultura familiar

11h Debate sobre emissão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

CAE/CAS Leis contra drogas

11h30 Análise do PLC 37/2013, que endurece a legislação antidrogas.

CMA Semiárido

14h O PLC 78/2017, que muda a definição de semiárido, é um dos 11 itens.

MP 871/2019 Fraudes em benefícios

14h Análise do relatório.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h A PEC 55/2015, sobre a alíquota do IPI, deve passar por sessão de discussão.

MP 870/2019 Ministérios

14h30 Análise do relatório.

MP 867/2018 Regulação ambiental

15h Análise do relatório.

MP 873/2019 Contribuição sindical

15h30 Instalação do colegiado e eleição de presidente e vice.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Pacto federativo: Davi reúne governadores e Bolsonaro

Em café da manhã na casa do presidente do Senado, será analisado o repasse de verbas da União para estados e municípios. Segundo Davi Alcolumbre, governo reconhece o protagonismo da Casa para resolver a questão

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, promove hoje um debate sobre pacto federativo entre governadores, o presidente da República, Jair Bolsonaro, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. A reunião terá início às 7h30 na residência oficial do presidente do Senado e contará com a presença de líderes partidários do Senado e da Câmara e do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

Davi avalia que, há muito tempo, os governadores reivindicam mudanças no relacionamento com a União e que o Senado tem o compromisso de renovar o pacto federativo.

— Não podemos deixar passar este momento, em que o presidente Bolsonaro e sua equipe econômica reconhe-

cem o protagonismo do Senado para propor as medidas que vão permitir aos estados equilibrarem as contas, gerarem emprego e melhorarem o dia a dia do cidadão — afirmou.

Calamidade

Os convidados analisarão a situação fiscal dos estados, que pedem socorro federal para contornar a situação de calamidade financeira, como explicou o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

— Eu acho que a principal questão é o financiamento dos estados. A revisão do *rating* [capacidade de pagamento] dos estados é o tema central que trataremos — disse.

Uma das principais reivindicações dos governadores é a mudança nas regras do

repasso de recursos da União aos estados exportadores e seus municípios, para compensar as perdas impostas pela Lei Kandir (Lei Complementar 87, de 1996), com a não arrecadação do ICMS pela exportação de produtos primários e industrializados semielaborados.

Para o líder do PSB no Senado, Jorge Kajuru (GO), o tema já foi debatido exaustivamente e chegou a hora de agir.

— A questão é discutir primeiro o valor, o que vai se repassar a cada estado. Segundo, a prioridade dos estados em situação mais caótica, como Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Daí vai ser discutida a situação dos outros estados. Penso que chega de conversa fiada e vamos às atitudes — afirmou Kajuru.

PEC da Desburocratização é aprovada em primeiro turno

O Plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta que simplifica a burocracia fiscal e tributária em municípios de pequeno porte. Foram 68 votos favoráveis, não houve votos contrários nem abstenções. Agora, a PEC 57/2016 terá de ser discutida em três sessões antes de ser votada em segundo turno. Se aprovada na segunda votação, vai para a Câmara dos Deputados.

A proposta busca simplificar as exigências fiscais e tributárias dirigidas a microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente em municípios menores.

Fruto do trabalho da Comissão de Juristas da Desburocratização, a PEC acrescenta dispositivo na Constituição para que a definição do conceito de “pequeno município” possa ser feita por meio de lei complementar futura.

Também passarão a ser regidas por lei complementar as diretrizes gerais relativas ao processo administrativo fiscal, substituição, eficiência e moralidade tributárias e vedação de confisco.

A proposta também permite a delegação de competência para que o estado em que estiver localizado município nessa condição assumam a cobrança e a fiscalização dos tributos de seu âmbito.

O texto deixa explícito que normas de caráter geral aplicáveis às empresas deverão observar obrigatoriamente

tratamento diferenciado e simplificado em relação às microempresas e empresas de pequeno porte.

A PEC também prevê a elaboração de um Estatuto de Defesa dos Direitos dos Contribuintes da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Impostos

Entre as mudanças, a PEC propõe que nenhum tributo (imposto, taxa ou contribuição) seja criado ou majorado sem que a respectiva lei tenha sido aprovada pelo Poder Legislativo até 30 de junho do exercício anterior àquele em que produzir efeitos. Excetuam-se dessa restrição o eventual aumento dos três impostos regulatórios (sobre exportações, importações e operações financeiras) e a instituição de empréstimo compulsório e de impostos extraordinários.

O relator, senador José Maranhão (MDB-PB), resalta que várias das mais de 5 mil cidades brasileiras têm como fonte de receita principal o repasse do Fundo de Participação dos Municípios. Por isso, o senador considera importante a simplificação de seus balancetes e suas prestações de contas e que os municípios passem a contar com a ajuda do estado onde estão localizados para iniciar a cobrança e fiscalização dos tributos de sua competência, como o IPTU, e taxas diversas.



Davi Alcolumbre comanda reunião de líderes partidários: Senado tem compromisso de renovar o pacto federativo

Ministro da Economia debate amanhã o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias

O ministro da Economia, Paulo Guedes, vai debater o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020 amanhã, às 11h, na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Integrantes do colegiado devem questionar o ministro sobre o bloqueio de 30% nas verbas de custeio das universidades e institutos federais.

O debate na CMO faz parte da tramitação do projeto da

LDO (PLN 5/2019), primeira proposta orçamentária a ser analisada neste ano. O texto do Executivo prevê que o salário mínimo será reajustado para R\$ 1.040 no próximo ano, sem ganho real (acima da inflação). Em relação à meta fiscal, a LDO aponta deficit primário pelo sétimo ano consecutivo — de R\$ 124,1 bilhões para o governo central, que abrange as contas do Tesouro Nacional,

da Previdência Social e do Banco Central.

O deputado Nelson Pellegrino (PT-BA) disse que o PT impedirá a votação de qualquer proposta orçamentária até que o governo dê explicações.

Por iniciativa do senador Luiz do Carmo (MDB-GO), a CMO aprovou a realização de audiência com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, para tratar dos impactos

na educação do corte de 30% para instituições federais de educação.

A CMO também decidiu ouvir o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. No dia 16, ele deverá falar sobre a condução das políticas monetária, cambial e de crédito, além de apresentar os balanços da autarquia. Posteriormente, Campos Neto será convidado para um de-

bate sobre autonomia do BC.

Já o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, será convidado para audiência, a ser marcada, sobre o projeto de crédito suplementar (PLN 4/2019) em que o Executivo pede autorização do Congresso para emitir até R\$ 248,9 bilhões em títulos públicos a fim de quitar despesas correntes — entre elas, benefícios sociais e aposentadorias.

Aprovada regulação de transporte de carrinho de bebê em voos

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou ontem uma proposta que garante ao passageiro de transporte aéreo acompanhado de criança de até 2 anos o direito de despachar gratuitamente um carrinho de bebê ou um bebê-conforto, sem inclusão na sua franquia de bagagem.

O PLC 31/2017 foi relatado

por Roberto Rocha (PSDB-MA) e segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O colegiado aprovou ainda requerimento, de Jorge Kajuru (PSB-GO), de auditoria em licitação do Supremo Tribunal Federal (STF) para compra de refeições. Também foi aprovado o requerimento do presidente da CTFC, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), de audiência sobre vazamento de dados do INSS.

RÁPIDAS

PLENÁRIO COMEÇA A DEBATER RESTRIÇÃO PARA MUDANÇA NO IPI

Passou pela primeira sessão de discussão, em primeiro turno, a PEC 55/2015, que impede a União de aumentar ou reduzir, livremente, as alíquotas do IPI. Do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a proposta estabelece que qualquer alteração do Executivo federal na alíquota do tributo deve ser submetida antes ao Senado. Assim, a medida só passaria a valer se aprovada por maioria absoluta dos senadores. Outra medida prevista na proposta é exigir que estados, o Distrito Federal e municípios sejam compensados financeiramente pela União, caso haja redução na arrecadação do IPI.

SENADO APROVA PROJETO QUE CRIA CONCURSOS DE LITERATURA

O Senado aprovou ontem projeto que cria concursos regionais, em todo o território nacional, para incentivo à escrita e a descoberta de novos autores. O PLC 95/2017 inclui a medida na Política Nacional do Livro (Lei 10.753, de 2003). O texto vai à sanção. Para o relator na Comissão de Educação (CE), Styvenson Valentim (Pode-RN), os concursos são medidas eficazes para aumentar as publicações e disseminar textos, além de revelar novos escritores. “A vertente regional desses certames também se mostra oportuna pela valorização da cultura e das iniciativas locais”, afirma no relatório.

BO DEVE INFORMAR DEFICIÊNCIA DE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O Plenário do Senado aprovou projeto que determina que boletins de ocorrência (BO) de casos de violência doméstica tenham informações sobre a condição de deficiência da vítima, quando for o caso, ou, ainda, se a violência sofrida causou o surgimento ou o agravamento da condição. Relatora na Comissão de Direitos Humanos, Rose de Freitas (Pode-ES) disse que a proposta visa dar atenção específica às mulheres portadoras de deficiência que são vítimas de violência doméstica, o que a senadora classificou como “covardia ainda maior”. O PLC 96/2017 segue para sanção.

Comissão mista aprova MP do saneamento básico

O texto aprovado foi o substitutivo do relator, senador Tasso Jereissati. Artigo que proíbe colaboração entre estados e municípios para prestação dos serviços de saneamento gerou polêmica no colegiado

A MEDIDA PROVISÓRIA que atualiza o Marco Regulatório do Saneamento Básico foi aprovada ontem na comissão mista formada para analisar o assunto. A MP 868/2018 segue para o Plenário da Câmara e, em seguida, para o Plenário do Senado.

A versão do texto aprovada foi o substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator da medida. Ele recebeu 15 votos favoráveis e 10 contrários.

O projeto autoriza a União a participar de um fundo para financiar serviços técnicos especializados para o setor. Também determina que a regulamentação de águas e esgotos, hoje uma atribuição dos municípios brasileiros, se torne responsabilidade do governo federal, por meio da Agência Nacional de Águas (ANA), que ficará responsável por regular as tarifas cobradas e estabelecer mecanismos de subsídio para populações de baixa renda. Já os contratos de saneamento passam a ser estabelecidos por meio de licitações, facilitando a criação de parcerias público-privadas.

Entre as mudanças efetuadas, Tasso acrescentou ao texto que a ANA deverá ter

normas de referência sobre a metodologia de cálculo de indenizações relativas a investimentos não amortizados ou depreciados, governança das entidades reguladoras e reúso de efluentes sanitários. O substitutivo também torna obrigatória a consulta a entidades representativas no processo de elaboração das normas de referência.

O relator também acrescentou diretrizes para o saneamento básico: regionalização da prestação dos serviços, melhoria progressiva das metas de cobertura e de qualidade, redução do desperdício, racionalização do consumo e fomento à eficiência energética e ao aproveitamento de águas de chuva.

Discussão

O dispositivo mais contestado do projeto é o que veda os contratos de programa, firmados entre estados e municípios para prestação dos serviços de saneamento em colaboração. Os contratos de programa não exigem licitação, já que o contratado não é uma empresa privada.

O deputado Afonso Florence (PT-BA), autor de um voto em separado contra a MP,

disse que a gestão associada está prevista na Constituição, cabendo aos estados e municípios disciplinarem essa cooperação. Ao proibir os contratos de programa, a proposta estaria interferindo sobre essa atribuição e incorrendo em “inconstitucionalidade flagrante”, afirmou.

O deputado Glauber Braga (Psol-RJ) acrescentou que, sem os contratos de programa, a maioria das cidades teria que apelar para a privatização dos serviços, pois não teriam condições de fazê-lo por esforços próprios. Para ele, esse é o verdadeiro objetivo da medida.

— A MP obriga municípios a abrirem as portas para empresas privadas a qualquer custo. O setor privado está exercendo lobby sobre os deputados e senadores desta comissão.

O senador Tasso Jereissati disse que colocar o assunto nesses termos é um “equivoco profundo”. Ele sustentou que o foco do seu substitutivo é aproximar o país da universalização de saneamento básico. Atualmente pouco mais de 50% da população brasileira tem acesso a coleta regular de esgoto.

— Saneamento é o único setor de infraestrutura do país em que ainda vivemos na Idade Média. Avançamos em comunicação, eletricidade, rodovias, mas não temos esgoto. Só teremos chance somando recursos privados e estatais. Sabemos que os estados e a União não têm recursos para fazer isso.

Tasso também observou que os argumentos apresentados em oposição à MP eram, majoritariamente, uma defesa das empresas públicas, e não dos cidadãos.



Antonio Anastasia (3º à esq.), relator, e deputado Padre João, presidente

Benefícios sociais devem continuar em Brumadinho, pede debate

É bem-vindo o auxílio emergencial de R\$ 600, em parcela única, a cerca de 2.280 famílias (totalizando R\$ 1,3 milhão) estabelecido pela medida provisória de ajuda a vítimas de Brumadinho (MG), desde que não cause perda de outros meios de complementação de renda das famílias, disseram ontem os convidados da audiência da comissão mista da MP 875/2019. O temor dos debatedores é a perda do auxílio de até um salário mínimo destinado pela mineradora Vale a todos os habitantes de Brumadinho, que já está sendo pago por meio de acordo.

O defensor público federal Renan Vinícius Sotto Mayor destacou que o acordo com a Vale não pode “dar com uma mão e tirar com a outra”, ou seja, o auxílio não pode tornar-se obstáculo ao recebimento cumulativo do Benefício de Prestação Continuada (BPC). No entendimento do defensor, o auxílio deve ser pago não em parcela única, mas em várias parcelas enquanto durar a necessidade. Ele também comparou a situação com a tragédia em Mariana (MG), em novembro de 2015, quando também foi estabelecido auxílio financeiro emergencial.

— Até hoje, 24 mil famílias não foram nem cadastradas. Gestor do Programa Bolsa

Família e do Cadastro Único em Brumadinho, Washington Carvalho ressaltou que o recebimento do auxílio da Vale, quando lançado na atualização do cadastro, pode levar a uma alteração de renda capaz de afetar o recebimento da Bolsa Família.

A representante da prefeitura de Brumadinho, Christiane Nogueira, lembrou que o desastre da barragem criou uma situação peculiar de aumento de demanda ao município, até mesmo por parte de pessoas de fora de Brumadinho. Para a diretora do Departamento de Benefícios do Ministério da Cidadania, Caroline Scavelli, a MP mostra que o governo federal se preocupou em proporcionar um auxílio correspondente à vulnerabilidade social das vítimas.

O relator da MP, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), classificou como “muito justa” a emenda que preserva os rendimentos dos beneficiários pelo auxílio emergencial.

A MP institui auxílio para famílias de Brumadinho que sejam beneficiárias do Bolsa Família, do BPC ou da Renda Mensal Vitalícia. Os recursos são de responsabilidade do Ministério da Cidadania e deverão ser ressarcidos por quem vier a ser identificado como responsável pelo desastre, ocorrido em 25 de janeiro.



Tasso Jereissati (2º à dir.) diz que substitutivo visa universalizar o serviço

Análise da MP sobre prazo para regularização ambiental será hoje

Um pedido de vista adiou para hoje a análise do parecer sobre a medida provisória que estende o prazo de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), que regula a adequação de áreas de proteção permanente e de reserva legal de propriedades rurais à legislação em vigor.

A presidente da comissão mista que examina a MP 867/2018, senadora Juíza Selma (PSL-MT), concedeu ontem um segundo pedido de vista coletiva para exame do relatório. O colegiado voltará a se reunir hoje, às 15h, para exame do projeto de lei de conversão

que teve origem no relatório apresentado pelo deputado Sergio Souza (MDB-PR).

Os deputados Rodrigo Agostinho (PSB-SP) e Nilto Tatto (PT-SP) apresentaram dois votos em separado, em que defendem a aprovação do texto original da MP.

Interessados em votar o relatório de Souza, alguns deputados observaram que o Regimento Interno do Senado prevê apenas a concessão de um pedido de vista, que já havia sido deferido há duas semanas. A presidente do colegiado, no entanto, resolveu atender o pedido de alguns representantes

da oposição, como o senador Paulo Rocha (PT-PA), segundo o qual o relator promoveu alterações de mérito no texto da MP que introduzem insegurança jurídica e prejudicam a conservação ambiental.

A oposição alega que as modificações feitas pelo relator foram além do objetivo da proposição. O texto original da MP, de apenas dois artigos, modificava um parágrafo do Código Florestal para estabelecer que a inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR) é condição obrigatória para a adesão ao programa, devendo ser requerida até 31 de

dezembro de 2019, permitida a prorrogação por mais um ano. Já a proposta de Souza introduz alterações em oito artigos do código.

Em resposta, o deputado explicou que não houve alteração no mérito da MP, mas apenas ajuste na redação do texto, a partir de contatos mantidos com a Casa Civil e o Ministério do Meio Ambiente. O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) defendeu o projeto de lei de conversão e cobrou votação imediata do texto, tendo em vista que o prazo de vigência da MP, já prorrogado, expira em 3 de junho.

RÁPIDAS

PLENÁRIO APROVA CRÉDITO PARA VITÓRIA E FORTALEZA

O Plenário aprovou crédito externo de até US\$ 100 milhões para Vitória e de US\$ 150 milhões para Fortaleza. Os projetos já tinham sido aprovados pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e seguem para promulgação.

GOVERNADOR DE RORAIMA DEBATE CRISE NA VENEZUELA

A Subcomissão Temporária sobre a Venezuela vai se reunir amanhã para debater o impacto causado pela crise do país vizinho no Brasil. Foi convidado para a audiência o governador de Roraima, Antonio Denarium.

Ministro condiciona recursos para universidades à aprovação de reforma

Em audiência na Comissão de Educação, Abraham Weintraub disse que não houve cortes, mas sim contingenciamento de verbas

EM AUDIÊNCIA ONTEM na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), o ministro Abraham Weintraub negou que haja corte no orçamento das universidades e instituições de ensino federais. Ao ser indagado sobre o assunto pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Weintraub disse que o que houve foi um “contingenciamento de recursos” e que as verbas poderão ser liberadas com a aprovação da reforma da Previdência e “quando a situação econômica do país se normalizar”.

— Não há corte de 30%, a economia impôs o contingenciamento diante da arrecadação mais fraca e nós obedecemos.

O ministro assumiu no dia 8 de abril, com a saída de Ricardo Vélez, e foi convidado pela comissão após ter adotado medidas e dado declarações consideradas polêmicas, como

dizer que universidades teriam as verbas contingenciadas por fazer “balbúrdia” em vez de melhorar seu desempenho.

Weintraub enfatizou que a educação básica é a base do ensino e a prioridade da pasta.

— A gente aqui no Brasil quis pular etapas, colocou dinheiro demais no teto e esqueceu a base — disse.

Creches

O ministro criticou ainda o fato de 10% das crianças ainda não estarem matriculadas em creches e ressaltou a necessidade de abertura de novas vagas. Outra prioridade, disse, é mudar o quadro atual de mais de 50% dos alunos do 3º ano do ensino fundamental com conhecimento insuficiente em leitura.

Weintraub também explicou a decisão de reduzir investimentos na área de humanas



Vice-presidente da Comissão de Educação, Flávio Arns ouve Weintraub

e priorizar as disciplinas de exatas e biológicas, como engenharia e medicina. Segundo ele, a medida está baseada em números e critérios técnicos. Weintraub disse que apenas 13% da produção na área de ciências sociais aplicadas, humanas e linguística têm impacto científico. Ainda assim, segundo ele, a maioria das bolsas da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é para estudantes da área de humanas.

— É gente que é paga para estudar. Na maioria dos casos, o investimento não traz retorno efetivo ao país — disse.

O ministro se colocou à disposição para debater o tema “de peito aberto” com o Congresso e disse que o MEC não quer impor nada a ninguém.

— O diálogo tem que ser feito com base em números, dados e premissas racionais.

Sobre o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), Weintraub disse que o dinheiro investido pelos governos anteriores serviu para inflar os cursos de graduação nas instituições privadas. Para ele, o programa fez com que os alunos criassem dívidas e ficassem sem emprego.

— É uma tragédia o financiamento estudantil. São 500 mil jovens começando a vida com o nome sujo.

Weintraub defendeu ainda a descentralização das tomadas de decisão na área.

— Os heróis da alfabetização estão na ponta, lá nas cidades.

Com Agência Brasil

Humberto Costa acusa governo de lançar ataque à educação

Humberto Costa (PT-PE) acusou ontem o governo de lançar o maior ataque à educação na história recente. Para ele, após 100 dias de inércia, que resultou na derrubada do ministro Ricardo Vélez, a pasta foi tomada por um grupo determinado a desmontar as bases da política pública de ensino. O senador denunciou o corte de 30% nas universidades federais e nos institutos federais.

— É uma destruição em larga escala. Tristeza para o povo, alegria para o ministro da Economia, cuja irmã acaba de assumir o comando da associação das universidades privadas.

Arns quer explicações de contingenciamento de recursos para o setor

Flávio Arns (Rede-PR) relatou ontem os aspectos mais importantes da audiência com o ministro da Educação, Abraham Weintraub. O senador sugeriu que o ministro explique para a sociedade que o governo não cortará o orçamento das universidades federais, mas contingenciará os recursos, com a possível liberação do dinheiro ainda em setembro. Ele recomendou que o ministro se reúna com os reitores de universidades para tratar sobre o uso adequado do dinheiro pelas instituições.

— Se há dúvida em qualquer setor, o que todos nós desejamos é que haja transparência, que haja aplicação correta de recursos. Mas as universidades vêm fazendo isso.

Brasil já vive situação de Estado mínimo, critica Zenaide Maia

É importante chamar a atenção da população para a situação de Estado mínimo em que já se encontra o Brasil, disse a senadora Zenaide Maia (Pros-RN) em Plenário. Para ela, Estado mínimo significa que o poder público abre mão de sua função. No Brasil, disse, isso tem se refletido em menos recursos para saúde e segurança, e congelamento de gastos dos serviços prestados.

— A maioria dos estados e municípios não tem médicos, policiais civis e militares suficientes, não tem engenheiros, não tem professores suficientes. O Estado mínimo faz com que a renda se concentre, no Brasil, em cinco ou seis famílias, enquanto o povo está desempregado.

Senadores criticam Weintraub e política educacional

Em vários momentos da audiência na CE, que durou mais de quatro horas, os ânimos se acirraram entre senadores e o ministro.

Jean Paul Prates (PT-RN) criticou a afirmação de Weintraub de que universidades brasileiras estariam fazendo “balbúrdia”. O senador considerou que o governo promove um “bate e assopra” ao negar corte de verbas para a educação.

Confúcio Moura (MDB-RO) avaliou que Weintraub foi nomeado de forma súbita e questionou se o ministro se sente preparado para liderar

o movimento pela melhoria da qualidade da educação. Também quis saber quais estratégias o ministro usará para preparar os professores para a nova Base Nacional Comum Curricular, que deverá vigorar em 2020. O ministro disse que foi escolhido por sua experiência de mais de 20 anos de gestão e pela avaliação positiva que recebeu de superiores e subordinados ao longo de sua trajetória.

Nelsinho Trad (PSD-MS) e Eduardo Gomes (MDB-TO) perguntaram sobre creches em construção, com obras

paradas. Nelsinho destacou a necessidade de maior debate sobre educação domiciliar.

Eliziane Gama (Cidadania-MA) destacou a necessidade de discussão sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Randolfe considerou que Weintraub não respondeu com clareza às perguntas dos senadores e declarou que o ministro diz querer diálogo, “mas agride seus críticos”.

— Esse governo pretende sangrar a educação e o futuro do Brasil por meio do tal contingenciamento — criticou.

Relatório de MP recria Ministérios da Cidades e da Integração Nacional

O senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) apresentou ontem relatório sobre a medida provisória que reorganiza a estrutura administrativa do governo. O presidente da comissão mista que analisa o assunto, deputado João Roma (PRB-BA), concedeu vista do relatório, que deve ser votado hoje, às 14h30.

A MP 870/2019 foi a primeira editada pelo novo governo e reorganizou a Esplanada dos Ministérios, com a extinção de pastas e a transferência de órgãos. Alguns ministérios foram renomeados ou fundidos e outros foram criados. O texto reduziu de 29 para 22 o número de órgãos com status ministerial.

Bezerra informou que, on-

tem de manhã, houve uma reunião no Palácio do Planalto e o governo concordou com o desmembramento do atual Ministério do Desenvolvimento Regional — o que permite a recriação dos Ministérios das Cidades e da Integração Nacional. O relatório já traz uma emenda prevendo a mudança.

Segundo Bezerra, esse acordo conta com o apoio dos presidentes da República, Jair Bolsonaro, do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Para o relator, o acordo é uma demonstração de que, com diálogo, governo e Congresso conseguem avançar em temas importantes para o país.

— Houve um intenso trabalho de diálogo, que permitiu

a construção final do nosso relatório — afirmou o senador, lembrando que seu relatório tem quase 200 páginas.

Índios e Coaf

Entre as mudanças promovidas pela MP, está a transferência das questões dos direitos indígenas do Ministério da Justiça para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O relator, no entanto, acatou uma emenda para que os direitos dos índios, incluindo a Funai e o acompanhamento das ações de saúde para comunidades indígenas, voltem à lista das competências do Ministério da Justiça.

A manutenção era uma reivindicação das lideranças indígenas, que estiveram reunidas

em Brasília em abril, quando foram recebidas no Congresso. Porém, o relatório de Bezerra confirma a mudança do processo de demarcação de terras indígenas da Funai para o Ministério da Agricultura, iniciativa criticada pelos índios.

O relator decidiu manter o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) no Ministério da Justiça e da Segurança Pública, atendendo a pedido do ministro Sergio Moro. Havia um movimento entre os deputados que buscava transferir o órgão para o Ministério da Economia, onde estava até o ano passado.

Caso aprovado na comissão mista, o texto segue para votação no Plenário da Câmara e, em seguida, no do Senado.

Avança ensino a distância para gestante e lactante

Projeto aprovado na Comissão de Direitos Humanos autoriza universitárias grávidas ou que estejam amamentando a continuar o curso em casa para que não interrompam a faculdade

PROPOSTA QUE VAI auxiliar universitárias gestantes e lactantes a continuarem seus estudos a distância quando não puderem estar presentes em sala de aula foi aprovada ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O texto segue para a Comissão de Educação (CE), onde terá votação final.

O PLS 429/2018, do senador Ciro Nogueira (PP-PI), busca oferecer a essas alunas opções de acompanhamento das aulas por recursos virtuais, para evitar que interrompam ou que abandonem a faculdade.

A proposição estabelece que será assegurado às estudantes de curso superior, desde que



Zenaide Maia, Soraya Thronicke, Mailza Gomes e Juíza Selma na comissão

operacional e didaticamente possível, o acompanhamento remoto das aulas. Para o senador, conciliar os estudos e os cuidados com o bebê é um desafio para as mães universi-

tárias e cabe ao Estado garantir o direito universal à educação, mesmo durante o exercício da maternidade.

“A tarefa de cuidar de uma criança recém-nascida já é

difícil por si só e quando essas jovens voltam aos bancos universitários, muitas outras dificuldades se impõem”, defende no texto.

Dados do IBGE mostram que muitas mulheres engravidam no período do vestibular ou logo depois de entrar na faculdade. Das três milhões de mulheres universitárias pesquisadas pelo IBGE, 8,81% eram mães de filhos pequenos (de até 4 anos).

A Lei 6.202, de 1975, já regulamenta o regime domiciliar para as estudantes, garantindo o afastamento de três meses, a partir do oitavo mês de gravidez, com carga a ser cumprida por exercícios. Mas o regime

não garante o abono de faltas e, muitas vezes, o acesso ao conteúdo ministrado em aula não é fácil.

A relatora, senadora Mailza Gomes (PP-AC), afirmou que a atualização da legislação impede a negativa ao direito de a gestante ter acesso aos conteúdos ministrados em sala de aula.

— O atual estágio do avanço tecnológico permite que a mulher se mantenha atualizada dos assuntos tratados pelo corpo docente de seu curso, sem custos elevados para as instituições e, por outro lado, com ganhos importantes na qualidade da formação das mulheres — disse.

Deficiente de baixa renda pode ter passe livre em avião

Projeto que amplia a gratuidade no transporte coletivo para pessoas com deficiência de baixa renda foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O PL 1.252/2019, da senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP), garante a concessão de passe livre também no transporte aéreo.

Atualmente a pessoa com deficiência e acompanhante considerados carentes têm direito à gratuidade no transporte coletivo interestadual pela Lei 8.899, de 1994 (Lei do

Passe Livre). Mas, conforme a senadora, a regulamentação foi feita por decreto e portarias.

A ideia do projeto é incluir os principais parâmetros de como aplicar a gratuidade no texto da própria lei.

Segundo Mara, uma portaria interministerial de 2001 assegurou os direitos somente ao sistema de transporte coletivo interestadual em suas modalidades rodoviária, ferroviária e aquaviária, sem mencionar o transporte aéreo.

“Com essas alterações legais,

não mais poderá ser recusado o acesso da pessoa com deficiência em ônibus leito ou semileito, por exemplo, nem será impedida a pessoa com deficiência carente de viajar em aeronave, quando tal significar sua melhor ou única opção”, diz a senadora na justificativa do projeto.

A versão aprovada pela CDH é um substitutivo do relator, senador Romário (Pode-RJ). O projeto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em caráter terminativo.

Empregado com filho com deficiência deverá ter prioridade para marcar férias

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem um projeto que estabelece que o empregado que tenha filho com deficiência terá preferência para marcar suas férias para que coincidam com as férias escolares do filho. O texto segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo.

Segundo a autora do PL

1.236/2019, Mara Gabrielli (PSDB-SP), a proposta está relacionada com a ideia de desenvolvimento de uma política pública de inclusão das crianças, adolescentes e jovens com deficiência no ensino regular. A relatora, Leila Barros (PSB-DF), afirmou que a iniciativa é necessária para garantir atenção especial às pessoas com deficiência.

Troca de nome em identidade de transexual pode virar lei

Uma sugestão legislativa apresentada por meio do Portal e-Cidadania foi aprovada ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A SUG 66/2017 pede a criação de uma lei que autorize a troca de nome e sexo nos documentos

de transexuais, travestis e transgêneros, mesmo que não tenha sido efetuada a cirurgia de redesignação sexual.

A iniciativa foi apresentada por Bianca Soares Ramos, de Minas Gerais, e recebeu apoio de mais de 20 mil participantes do e-Cidadania. Na CDH,

recebeu parecer favorável da senadora Leila Barros (PSB-DF). Ela explica que o dispositivo prevê que facilitação da troca de nome de registro para o nome social nos documentos de transexuais, travestis e transgêneros, sem a necessidade de processo judicial.

Proibição de venda de narguilé e acessórios para fumo a menores passa em colegiado

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem o substitutivo do senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ao projeto que proíbe a venda

para crianças e adolescentes de acessórios ligados ao fumo como narguilés, cachimbos, piteiras e papéis para enrolar cigarro. O PLC 104/2018 segue

para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Nelsinho apresentou texto alternativo para proibir a venda para menores de quais-

quer acessórios utilizados no consumo do fumo, como aparelhos, instrumentos e insumos (carvão, essências, aromas etc.).

Apresentado pelo deputado Antonio Bulhões (PRB-SP), o texto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA — Lei 8.069, de 1990).

Mesa do Senado Federal

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário:
 Marcos do Val, Weverton,
 Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

Secretaria de Comunicação Social

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Papel de sindicatos rurais provoca polêmica

Comissão mista da MP contra fraudes no INSS vai debater hoje o texto do relator. Parlamentares pediram preservação do papel dos sindicatos para atestar a atividade rural

O ARTIGO QUE acaba com a necessidade de declarações de sindicatos para que trabalhadores rurais possam requerer a aposentadoria foi criticado ontem em reunião da comissão mista da medida provisória que cria estrutura para coibir fraudes nos benefícios concedidos pelo INSS em aposentadoria e pensões. O deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR) apresentou o seu relatório sobre a MP 871/2019 e alguns parlamentares criticaram o fato de ele ter mantido o artigo. Pelo texto, bastará uma autodeclaração do interessado afirmando que exerceu atividades no campo, cabendo ao INSS fazer o cruzamento de dados.

Para o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), o texto da MP como se encontra acabará com a possibilidade de trabalhadores rurais se aposentarem. Para ele, o governo federal está na prática transferindo responsa-

bilidades dos sindicatos para estados e municípios.

— A concessão da aposentadoria rural vai ficar parada por pelo menos 15 anos, porque prefeituras e estados terão que realizar concursos e não terão como atestar atividades ocorridas no passado.

O presidente da comissão mista, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), marcou para hoje, às 14h, uma reunião para debater o relatório de Martins. A intenção é votar o relatório na próxima terça-feira.

O deputado Celso Maldaner (MDB-SC) também disse crer que os sindicatos já possuem a expertise para atestar a atividade rural.

— Quem conhece a realidade dos associados, quem trata das relações comerciais e com o Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] são os sindicatos. Eles mantêm as fichas cadastrais de

cada família por décadas, as fraudes se dão fora da alçada de atuação deles — disse.

O deputado Wilson da Fetaemg (PSB-MG) disse que as autodeclarações vão abrir espaço para fraudes.

O senador Jaques Wagner (PT-BA) destacou que a medida trata de pessoas que recebem um salário mínimo.

— Se o governo quer extirpar

os sindicatos rurais, não faça isso de forma disfarçada numa MP de combate a fraudes.

Representantes de associações de aposentados reclamaram que também são diretamente prejudicados pela MP.

Paulo Martins propôs mudanças em outros pontos da MP. O relator derrubou o acesso ao sigilo bancário de idosos e deficientes de baixa renda

que requerem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O prazo de defesa para quem for notificado que seu benefício está sob suspeita também subiu de 10 dias para 30 dias. E os sindicatos de trabalhadores rurais ganharam dois anos para obter autorização de filiados para continuar descontando do contracheque a contribuição sindical. Esse prazo havia sido fixado pelo governo inicialmente em um ano.

Martins também derrubou a intenção do governo de reduzir de 5 anos para 180 dias o prazo para requerimento do salário-maternidade. Também foi acatada uma sugestão da oposição de que as Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (DAP/Pronaf) sirvam no reconhecimento de direitos, fazendo com que sejam aceitas todas as DAPs emitidas por órgãos públicos e entidades sindicais.



Presidente da comissão, senador Izalci (C), e deputado Paulo Martins

Audiência debate devolução de gasto com preso

O projeto que impõe aos presos o ressarcimento ao erário, com recursos próprios ou com trabalho, pelos custos de sua internação nos presídios será analisado na Comissão de Direitos Humanos (CDH) na próxima terça-feira.

O PLS 580/2015, do ex-senador Waldemir Moka, já estava pronto para análise em Plenário quando um requerimento de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) o enviou para avaliação da CDH, no dia 23 de abril. O acordo firmado com os líderes na ocasião era de que o texto fosse aprovado durante a manhã na comissão e à tarde retornasse à ordem do dia, mas a relatora, Soraya

Thronicke (PSL-MS), apresentou texto alternativo com mudanças que precisam ser analisadas na comissão. Entre as que geraram controvérsias, está a possibilidade de o preso ser inscrito na dívida ativa caso não tenha condições de pagar pela sua estada na carceragem.

Antes de votar o projeto, a comissão fará, na segunda-feira, uma audiência pública com especialistas, entre eles o juiz da 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande (MS), Albino Coimbra Neto, e o diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional, Fabiano Bordignon. Segundo Zenaide Maia (Pros-RN),

autora do requerimento de audiência, os presos devem trabalhar, como a sociedade exige e a Lei de Execução Penal determina, mas o Estado não tem capacidade de ofertar todas essas vagas.

— Somente 24% dos presídios do país têm programas que possibilitam aos condenados exercerem alguma atividade laboral. Todos somos a favor que se bote quem está apenas para trabalhar, para pagar a indenização à vítima, manter sua família e ressarcir o Estado. Mas temos que observar que a falha não está no preso, a maioria dos presídios não oferece trabalho, e depois vai ficar a conta para ele pagar.

Quem não comunicar violência contra criança pode sofrer sanções

Pessoas que presenciarem atos de violência contra criança ou adolescente e deixarem de comunicar o fato imediatamente ao conselho tutelar ou à autoridade policial poderão responder por crime de omissão de socorro. Se for servidor público, poderá responder pelo crime de prevaricação e por ato de improbidade administrativa. É o que determina o PLS 502/2018, aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A proposta segue para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Apresentado pela CPI dos

Maus-Tratos, que investigou casos de violência contra crianças e adolescentes no Brasil em 2017 e 2018, o projeto altera a Lei 13.431, de 2017.

Para o relator, Nelsinho Trad (PSD-MS), a proposta enfatiza a coercitividade da legislação, que já estabelece a obrigação de qualquer pessoa dar conhecimento aos órgãos competentes de situações de violência cometidas por ação ou omissão contra crianças e adolescentes, e “se coaduna com o ordenamento constitucional”, que prevê a obrigação do Estado e da sociedade de protegerem esses jovens.

Alvaro Dias pede estudo sobre dívida bruta brasileira

Alvaro Dias (Pode-PR) apresentou ontem, em Plenário, um requerimento ao presidente da Casa, Davi Alcolumbre, para que a Instituição Fiscal Independente realize estudos sobre a dívida bruta do governo.

O senador destacou que o custo médio anual da dívida bruta brasileira está entre os maiores do mundo, no patamar de 7% do PIB. Ele comparou esse custo com o de outros países, como China e Chile, que gastam anualmente com o pagamento de juros, em média, 0,9% de seus respectivos PIBs.



Reestruturação da Receita preocupa Zequinha Marinho

Zequinha Marinho (PSC-PA) disse ontem estar preocupado com as consequências da reestruturação da Receita Federal, recomendada pelo governo. As mudanças preveem a automação dos setores e, como consequência disso, a diminuição do número de regiões fiscais, de delegacias, de agências e de superintendências físicas.

Para o senador, essa redução pode prejudicar o atendimento dos contribuintes, principalmente daqueles que residem no interior dos estados do Norte, onde o sinal da internet é precário.



Plínio questiona afirmação de Guedes sobre Zona Franca

Plínio Valério (PSDB-AM) pediu em Plenário que o ministro da Economia, Paulo Guedes, informe de onde partiram os dados que embasaram sua afirmação de que decisão do STF causará um rombo de R\$ 16 bilhões aos cofres públicos. O STF permitiu que as empresas não instaladas na Zona Franca, ao comprar insumos no Polo de Manaus, possam abater, dos impostos devidos, o valor referente ao crédito do IPI não pago na aquisição de materiais.

— Tratam a Zona Franca como se fosse o único programa a utilizar incentivos fiscais.



Paim condena troca de votos por cargos em ministérios

Paulo Paim (PT-RS) lamentou o teor de notícia publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, de que o governo planeja recriar dois ministérios para conseguir votos favoráveis à reforma da Previdência, na comissão especial que analisa o tema na Câmara dos Deputados.

— Isso aqui é uma forma de comprar votos. Seja na MP 871/2019, sobre fraudes no INSS, seja também na reforma da Previdência. Tiveram que fechar ministério e estão abrindo agora. E assumem abertamente que é uma forma de comprar votos.



Jorge Kajuru elogia redução de renúncias fiscais

Jorge Kajuru (PSB-GO) elogiou o governo federal por anunciar a intenção de reduzir as renúncias fiscais em 0,5% do produto interno bruto (PIB) ao ano a partir de 2020. A medida está prevista no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano e, caso aprovada, valerá até o fim de 2022.

Kajuru disse que a equipe econômica estima cortar, em três anos, R\$ 102 bilhões em incentivos e renúncias que, além de não gerarem benefício para a sociedade — como empregos —, prejudicam a Previdência Social.



Avança MP que cria órgão para proteção de dados

Relatório do deputado Orlando Silva que garante autonomia técnica e decisória para autoridade nacional específica foi aprovado ontem em comissão mista e segue para a análise da Câmara

A COMISSÃO MISTA da medida provisória que cria um órgão para zelar pela proteção de dados pessoais e segredos comerciais e industriais aprovou ontem o relatório do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). O texto altera competências e garante autonomia técnica e decisória à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

A MP 869/2018 altera a Lei 13.709, de 2018 — conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). A norma prevê regras para proteger informações dos cidadãos gerenciadas por empresas públicas ou privadas.

Orlando Silva apresentou uma complementação de voto com mudanças no relatório original, apresentado em abril. O parecer da comissão mista agora precisa ser votado na Câmara e no Senado.

Segundo o texto, os membros do Conselho Diretor da ANPD devem passar por sabatina no Senado, como ocorre com os integrantes de agências reguladoras. O relatório restaura mandato de dois anos para integrantes do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade. A previsão havia sido abolida no texto original da MP 869/2018, mas estava prevista em trechos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais que foram vetados pela Presidência da República.

Atribuições

O relatório também recupera atribuições da ANPD que haviam sido suprimidas pelo texto original da MP 869, como zelar pelos segredos comerciais e industriais e realizar auditorias sobre o tratamento de dados pessoais. Mas o relator mantém competências previstas na medida provisória, como requisitar informações e comunicar às autoridades sobre infrações penais ou



Senador Eduardo Gomes, presidente, e deputado Orlando Silva, relator

descumprimento da LGPD.

A primeira versão do relatório obrigava a transformação da ANPD em autarquia após dois anos de funcionamento. Na complementação de voto, Orlando Silva tira esse caráter mandatório, já que o texto poderia ser vetado por invadir competência do Executivo.

A ANPD também recupera a competência para aplicar punições, como a suspensão do funcionamento de banco de dados e a proibição do exercício de atividades relacionadas a tratamento de informações.

Multas

O relatório restaura fontes de receita para a ANPD, como dotações previstas no Orçamento, doações e valores apurados com a venda de bens ou com aplicações no mercado. Mas a autoridade não pode mais ficar com o dinheiro arrecadado com multas, que será repassado ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

O cidadão que se sentir prejudicado pela análise de dados realizada exclusivamente por computadores pode solicitar a revisão dos resultados por pessoas. A regra vale para os casos em que o tratamento automatizado for usado para fundamentar decisões que afetem os interesses do usuário, como a definição de perfis pessoal, profissional, de consumo ou de crédito.

Na complementação de

voto, Orlando Silva acatou uma sugestão para permitir a negociação e o eventual pagamento de indenização nos casos em que o usuário seja prejudicado por falhas no tratamento de informações.

O usuário pode formalizar reclamações na ANPD por irregularidades no tratamento de dados. Mas a medida vale apenas como um recurso: primeiro, o cidadão deve comprovar que tentou e não conseguiu resolver o problema com o responsável pela análise dos dados no prazo legal. A comunicação ou o uso compartilhado de dados mantidos pelo poder público com empresas privadas depende de consentimento do titular.

Saúde

O relatório veda a comunicação ou o uso compartilhado de dados sensíveis referentes à saúde com objetivo de obter vantagem econômica. A intenção é evitar a negação de acesso ou a seleção de risco para seguros e planos de saúde.

Também prevê atendimento diferenciado para idosos. A ANPD deve garantir que o tratamento de dados dos maiores de 60 anos seja efetuado “de maneira simples, clara e acessível e adequada ao seu entendimento”. A ANPD também deve editar normas para atender as empresas de pequeno porte.

Comissão adia decisão sobre extintores em carros

Um pedido de vista adiou a votação do projeto que inclui extintor de incêndio com carga de pó do tipo ABC entre os equipamentos obrigatórios dos veículos. O PLC 159/2017, do deputado Moses Rodrigues (MDB-CE), estava na pauta de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O relator, Styvenson Valentin (Pode-RN), é contrário ao projeto, por entender tratar-se de uma obrigação desnecessária.

Segundo ele, a Associação Brasileira de Engenharia Automotiva divulgou que, em 2000, dos 2 milhões de sinistros cobertos pelas seguradoras de veículos, 800 foram incêndios, mas só em 24 casos os extintores foram utilizados. Para Styvenson, o número de ocorrências deve ser ainda menor hoje, diante da tecnologia dos automóveis.

A senadora Kátia Abreu (PDT-TO) concordou com o argumento e afirmou que

vai ser mais uma despesa inútil para os consumidores, interessante apenas para as empresas que querem vender os equipamentos.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) havia apresentado um requerimento para que o projeto fosse votado somente depois da realização de uma audiência. Rodrigo Pacheco (DEM-MG) disse que é preciso saber com certeza se o extintor é necessário ou não.

Audiovisual gera emprego e PIB para o país, dizem debatedores

Em audiência sobre a prorrogação dos incentivos fiscais da Lei do Audiovisual (Lei 8.685, de 1993), participantes ressaltaram a importância econômica do setor. A legislação que prevê incentivos para quem investir em projetos audiovisuais tem validade até o final deste ano. O debate foi organizado pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Com faturamento anual de R\$ 44 bilhões, o setor do audiovisual emprega mais de 330 mil pessoas, gera mais de R\$ 2 bilhões em impostos indiretos e vem crescendo cerca de 9% ao ano. O presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual, Leonardo Edde, ressaltou a importância do setor.

— É uma indústria que gera receita com alimentação, logística, passagens aéreas, hotelaria para microempreendedores até grandes grupos econômicos. Gera emprego, renda e PIB.

Em 2017, o Tesouro Nacional deixou de receber R\$ 354 bilhões por incentivos fiscais. Desse montante, só 0,1% foi para a Lei do Audiovisual, informou o secretário-execu-

tivo da Agência Nacional do Cinema (Ancine), João Pinho. Ele defende a prorrogação dos incentivos.

— Seria ideal que a gente fizesse uma prorrogação um pouco maior para que esse mercado tenha previsibilidade no uso do mecanismo.

Também defensor da prorrogação dos incentivos ao audiovisual, o vice-presidente da CE, senador Flávio Arns (Rede-PR), ponderou que é preciso fiscalizar a aplicação dos recursos.

— É um retorno importante em impostos, de emprego, de visão de futuro. Ao mesmo tempo, a gente tem de fiscalizar em conjunto com os órgãos de controle para que os recursos sejam adequadamente empregados.

Requerente da audiência pública, o senador Marcos do Val (Cidadania-ES) contou que participou do filme *Tropa de Elite* e percebeu a grandeza do setor.

— Me impressionou o número de pessoas e empresas envolvidas. Sou favorável à prorrogação da lei.

A pedido do senador Wellington Fagundes (PR-MT), a CE voltará a debater o tema em seminário conjunto com a CCT.



Marcos do Val, que pediu o debate, disse ser favorável à prorrogação

Jayme Campos destaca os 152 anos de Várzea Grande

Jayme Campos (DEM-MT) destacou ontem, em Plenário, o aniversário de Várzea Grande, em Mato Grosso, que comemora 152 anos no dia 15. Ele informou que as festividades começaram ontem. Entre os avanços comemorados, o senador citou a instalação de grandes indústrias, a geração de emprego e renda, a criação de ampla rede de creches e um programa de asfalto urbano.

Natural de Várzea Grande, onde foi prefeito, Jayme Campos atribuiu suas vitórias como governador e senador ao trabalho desenvolvido no município.

Holocausto precisa ser lembrado, afirma Jaques Wagner

O Dia da Lembrança do Holocausto e da Bravura — Yom HaShoá, para os judeus — é lembrado desde o anoitecer de 1º de maio até o pôr do sol do dia 2 de maio, destacou Jaques Wagner (PT-BA). — Essa data foi escolhida pelo Museu Yad Vashem, em Jerusalém, para a realização das cerimônias em memória dos judeus assassinados na Europa conquistada pelo Exército alemão.

Lembrar a data, disse o senador, serve para educar a população e impedir que atos de crueldade como os perpetrados no Holocausto se repitam.